



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



JULGAMENTO DE RECURSO E CONTRARRAZÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: N°. 105/2025

PREGÃO ELETRÔNICO: N°. 36/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de pavimentação asfáltica em vias públicas urbanas ou estradas vicinais rurais para atender as necessidades do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.

Recorrente: GOULART ENGENHARIA LTDA CNPJ N°. 44.965.990/0001-78.

I – Relatório

Trata-se de processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N°. 36/2025 cujo objeto resume-se na Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de pavimentação asfáltica em vias públicas urbanas ou estradas vicinais rurais para atender as necessidades do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.

A empresa citada acima apresentou intenção de recurso, dentro da plataforma, requerendo a inabilitação da empresa BRUNA CAROLINA JACHINSKI LTDA CNPJ n°. 45.585.657/0001-04, diante disso, foi concedido a empresa, o prazo legal para que a mesma apresentasse suas razões para requerer a inabilitação da proponente acima citada, durante o prazo estipulado a empresa anexou o arquivo na plataforma.

Após isso, a empresa BRUNA CAROLINA JACHINSKI LTDA apresentou suas contrarrazões na plataforma ao recurso apresentado. Posteriormente, foi solicitado a Procuradoria Jurídica do Município que analisasse e apresentasse parecer sobre os fatos ocorridos.

a) Tempestividade

Em primeiro lugar, tem-se que o recurso e a contrarrazão apresentada pelas empresas supracitadas são tempestivos, visto que foram respeitados os prazos legais que constam na plataforma Comprasgov.com.br, visto que todo o processo acontece exclusivamente dentro da plataforma.

Assim procedemos a análise dos fatos.



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



II - Da Análise do Recurso

Para fins de melhor esclarecermos os pontos suscitados pela recorrente, esta decisão será dividida em três partes, dentro das quais analisaremos os argumentos levantados pela impetrante do recurso, a contrarrazão apresentada e o parecer emitido pela procuradoria jurídica deste município, para posteriormente emitir seu julgamento.

III - Da Alegação da Recorrente

A recorrente supracitada manifestou a intenção de recurso durante o prazo estipulado na plataforma, e durante o período estabelecido para que a mesma fundamentasse seu recurso, a empresa anexou o arquivo na plataforma.

A empresa GOULART ENGENHARIA LTDA alegou que o preço ofertado pela empresa recorrida apresenta elementos de inexequibilidade.

IV - Da Contrarrazão da Recorrida

Em sua contrarrazão a empresa citada acima requereu que não fosse aceito o recurso administrativo, pois de acordo com ela, a empresa conseguiu comprovar a exequibilidade da proposta.

V - Do Parecer Jurídico

A procuradoria jurídica deste Município despachou seu parecer com a seguinte redação:

“Diante do exposto, conforme fundamentado acima e atenta aos princípios que norteiam os processos licitatórios, em especial o princípio da legalidade, da isonomia, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da economicidade, este departamento jurídico opina pelo indeferimento do recurso administrativo interposto por Goulart Engenharia Ltda, com a consequente manutenção da habilitação e adjudicação da proposta à empresa Bruna Carolina Jachinski Ltda, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Edital do certame. É o parecer.”

VI - Da Análise do Recurso

Diante dos fatos apresentados e parecer jurídico emitidos pela procuradoria deste Município. Sigo o mesmo entendimento contido no parecer jurídico, visto que a empresa BRUNA CAROLINA JACHINSKI LTDA apresentou documentos que garantem a exequibilidade da sua proposta.

Após o encerramento da fase de lances do referido processo no dia 23 de julho de 2025, como foi concedido um grande desconto pela empresa classificada em primeiro lugar, no momento da convocação da mesma para o envio da proposta ajustada e demais documentos de habilitação, já foi solicitado a proponente que enviasse documentos que comprovasse a



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



exequibilidade da proposta. A empresa enviou declaração e planilha de custos, garantindo a sua capacidade para a realização dos serviços pelo preço proposto.

Vale ressaltar que como previsto na Lei nº 14.133/21 e no edital de licitação, que é necessário a realização de diligências para averiguação de possível preço inexequível, tal ação foi mencionada no parágrafo acima.

A definição de exequibilidade da proposta não é algo simples de realizar, pois há de considerar o fato de que cada empresa possui sua própria política de preços, sendo esta estabelecida de acordo com a sua realidade. Assim, é possível reconhecer que existem serviços e mão de obra com características semelhantes, porém com valores distintos para cada empresa. Também não se pode descartar que, muitas vezes, a estimativa da exequibilidade pelo contratante possa apresentar deficiências, visto que sua visão de mercado não tem abrangência e precisão comparáveis às das empresas que atuam no ramo.

A respeito do tema de exequibilidade, o doutrinador Marçal Justen Filho relata,

“A questão fundamental não reside no valor da proposta, por mais ínfimo que o seja – o problema é a impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou. A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer em prejuízo, essa será uma decisão empresarial privada. Não cabe à Administração a tarefa de fiscalização da lucratividade empresarial privada”. (JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 11ª edição, Editora Dialética, p. 455-456. (<https://jus.com.br/artigos/11012/analise-da-inexequibilidade-naslicitacoes>).

O mesmo autor também salienta a respeito sobre o tema:

“Existem atividades que comportam margem de lucro muito reduzida, enquanto existem outras que apenas podem ser viabilizadas mediante remuneração mais elevada. Logo, não há como estabelecer soluções padronizadas, aplicáveis a diferentes segmentos de atividades econômicas. Mesmo no âmbito interno de uma mesma atividade, existem diferenças marcantes. Como os custos são diversos para cada empresa e como cada qual apresenta uma estrutura operacional distinta, é perfeitamente cabível que a mesma proposta possa ser qualificada como inexequível para uma empresa e mereça enquadramento distinto para outra.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª ed. São Paulo, Dialética, p. 653).

Portanto, após a realização de diligências, a empresa apresentou documentos garantindo a exequibilidade da sua proposta, sendo assim, será dever do gestor e do fiscal do possível contrato administrativo, fiscalizar para que a empresa execute os serviços descritos no termo de referência pelo preço proposto.

VII - Decisão

Por todo o exposto, julgo:



MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



- a) Receber o recurso tendo em vista que este foi apresentado tempestivamente e **negar** o recurso interposto pela empresa GOULART ENGENHARIA LTDA CNPJ N°. 44.965.990/0001-78., na forma da fundamentação;

Encaminhamos para o Prefeito Municipal para que analise todas essas documentações, e profira a sua decisão administrativa.

Nova Esperança do Sudoeste em 04 de agosto de 2025.

TIAGO MARTINS
Pregoeiro